

Novas Possibilidades rumo ao Futuro das Ciências Humanas e suas Tecnologias 2

Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)



Atena
Editora
Ano 2020

Novas Possibilidades rumo ao Futuro das Ciências Humanas e suas Tecnologias 2

Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)



Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

- Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Tais Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Novas possibilidades rumo ao futuro das ciências humanas e suas tecnologias 2

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadoras: Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

N936 Novas possibilidades rumo ao futuro das ciências humanas e suas tecnologias 2 [recurso eletrônico] / Organizadoras Denise Pereira, Janaína de Paula do Espírito Santo. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-378-1

DOI 10.22533/at.ed.781200909

1. Ciências humanas – Pesquisa – Brasil.
2. Tecnologias. I. Pereira, Denise. II. Espírito Santo, Janaína de Paula.

CDD 301

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Vivemos um mundo de velocidade e transformações. Algumas são pequenas e cotidianas, mas seus impactos são amplos. Como um celular, que hoje nos conecta a todo momento do dia, por exemplo. Ou a realidade da globalização da cultura e dos problemas sociais.

Existe uma relação direta entre os espaços de produção do conhecimento nas ciências humanas e a constituição de uma racionalidade científica sobre a realidade social, seus problemas e espaços. É ponto pacífico, pela própria fluidez de nossa relação com o tempo e com o “estudo dos homens no tempo”, para usar uma expressão de Marc Bloch (2002, p. 55), que o conhecimento e a racionalidade não têm uma natureza linear e única, mas antes têm como base uma multiplicidade de possibilidades. Isso porque, nossa relação com o conhecimento é fundada na proximidade constante de experiências, na compreensão que são as questões do presente o grande títere do passado enquanto um espaço gerador de sentido para as diferentes vivências. Esse dinamismo inerente ao saber histórico traz consigo a multiplicidade de narrativas e construções presentes e ativas na sociedade.

Assim, na reflexão sobre o conhecimento, sua natureza e o espaço que ocupa em sociedade há um espaço importante a ser ocupado: o espaço de “auto-reflexão, como retorno ao processo cognitivo de um sujeito cognoscente que se reconhece reflexivamente nos objetos de seu conhecimento, suas fontes, suas possibilidades e suas tecnologias. Assim, as transformações e velocidades do mundo, dos objetos e do real, também dialogam com a produção da pesquisa, do trabalho com as fontes e as possibilidades de conhecimento que se abrem e se apresentam.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira
Janaina de Paula do Espírito Santo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O IMPACTO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA IDENTIDADE DOCENTE	
Bárbara Regina Gonçalves Vaz	
DOI 10.22533/at.ed.7812009091	
CAPÍTULO 2	15
PORQUE INCLUIR O QUE ESTÁ FORA DOS CONTEÚDOS DISCIPLINARES? ESTAMOS FALANDO DE MÚSICA!	
Flavia de Oliveira Barreto	
Fleudya Benigno Lopes Xavier	
DOI 10.22533/at.ed.7812009092	
CAPÍTULO 3	28
A INFLUÊNCIA DAS <i>SELFIES</i> NO PROCESSO IDENTITÁRIO DE JOVENS E ADOLESCENTES EM UMA ESCOLA DE PORTÃO / RS	
Daiane Fontes	
Jaqueline da Silva Torres Cardoso	
Sandra Maria Costa dos Passos Colling	
DOI 10.22533/at.ed.7812009093	
CAPÍTULO 4	40
PERFIL SOCIAL E PROFISSIONAL DOS EGRESSOS DO CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA EM UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE URUÇUI - PIAUÍ	
Rute Sousa do Nascimento	
Anna Walléria Borges de Araújo	
Iago Costa de Oliveira	
Marcílio Macêdo Vieira	
Miguel Antonio Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.7812009094	
CAPÍTULO 5	52
MARCOS REGULATÓRIOS DA FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO NO BRASIL	
Mirian Rocha de Almeida	
Luís Alberto Lourenço de Matos	
DOI 10.22533/at.ed.7812009095	
CAPÍTULO 6	78
APRENDIZAJE COMPLEJO MEDIADO POR TIC PARA ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS VENEZOLANOS	
Hebert Elias Lobo Sosa	
Ana Carolina Pacheco Millán	
Jesús Ramón Briceño Barrios	
Manuel Antonio Villarreal Uzcátegui	
DOI 10.22533/at.ed.7812009096	

CAPÍTULO 7	97
O CAP-UERJ E AS IMPRESSÕES VISUAIS NO ENSINO DE ARTE	
Christiane de Faria Pereira Arcuri	
DOI 10.22533/at.ed.7812009097	
CAPÍTULO 8	109
CONHECER PARA ATUAR, ATUAR PARA CONHECER: PELOS INDÍCIOS DE UMA CIÊNCIA SOCIAL POPULAR E MOBILIZADA	
William Bueno Rebouças	
DOI 10.22533/at.ed.7812009098	
CAPÍTULO 9	128
REZADEIRAS, ERVEIRAS E PARTEIRAS DO CARIRI: TECENDO PRÁTICAS DE CURA-NAScer NA AMÉRICA LATINA	
Nayara de Lima Monteiro	
Luciana Patrícia Zucco	
DOI 10.22533/at.ed.7812009099	
CAPÍTULO 10	144
(DES)SUBALTERNIZAR O “BRASILEIRO NATIVO” NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE DOS CURRAIS: CRÍTICA AO EUROCENTRISMO A PARTIR DA PERSPECTIVA DECOLONIAL	
Paulo Robério Ferreira Silva	
João Batista de Almeida Costa	
DOI 10.22533/at.ed.78120090910	
CAPÍTULO 11	158
MISS GAY – CONSTRUINDO IMAGINÁRIOS SOBRE A CIDADE DE JUIZ DE FORA-MG	
Muryllo Rhafael Lorensoni	
Ana Graciela Mendes Fernandes da Fonseca Voltolini	
José Serafim Bertoloto	
Maria Regiane Silva Lopes Barrozo	
Sílvia Mara Davies	
DOI 10.22533/at.ed.78120090911	
CAPÍTULO 12	163
GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA: A INTERSECÇÃO TEORIA-PRÁTICA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO HUMANA	
Ketlenn Franciellen Oliveira de Lima	
Maysa Araújo Rodrigues	
Monique Kelly dos Santos Nascimento	
Maria Cinéria dos Santos Viana	
Maianne Pereira de Moraes	
Cristiane Maria Alves Martins	
DOI 10.22533/at.ed.78120090912	

CAPÍTULO 13..... 173

IMPLICAÇÕES DO PRECONCEITO E HOMOFOBIA CONTRA POPULAÇÃO LGBT+ NO BRASIL: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Tamires Alves Dias
Josefa Iara Alves Bezerra
Stéffane Costa Mendes
Caroline da Silva Souza
Daiana de Freitas Pinheiro
Mariana Cordeiro da Silva
Milena Silva Ferreira
Teodoro Marcelino da Silva
Andreza Vitor da Silva
Antonio Wellington Vieira Mendes
Kadson Araujo da Silva
Samara Calixto Gomes

DOI 10.22533/at.ed.78120090913

CAPÍTULO 14..... 179

O ENCONTRO DE HOMOSSEXUAIS MILITANTES (1979) E AS BANDEIRAS DA PRIMEIRA ONDA DO MOVIMENTO LGBTI+ NO BRASIL

Rhanielly Pereira do Nascimento Pinto
Eliane Martins de Freitas

DOI 10.22533/at.ed.78120090914

CAPÍTULO 15..... 193

FASCISMO E COMUNISMO NO BRASIL DE 2018: O EMPREGO DE CONCEITOS EXTREMOS NO PAPEL DA LEGITIMAÇÃO DO DISCURSO POLÍTICO

Vinicius Ribeiro Sampaio
Felipe Sampaio de Araújo

DOI 10.22533/at.ed.78120090915

CAPÍTULO 16..... 200

A NOVA ROUPAGEM DO MITO DA DEMOCRACIA RACIAL

Beatriz Leal de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.78120090916

CAPÍTULO 17..... 213

DEPRESSÃO, RESILIÊNCIA E ESTRATÉGIAS DE SELEÇÃO, OTIMIZAÇÃO E COMPENSAÇÃO: UM ESTUDO COM IDOSOS DO MUNICÍPIO DE IVOTI/RS

Camila Koren Chiappini
Anna Regina Grings Barcelos
Andrea Varisco Dani
Raquel Maria Rossi Wosiack
Martina Dillenburg Scur
Geraldine Alves dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.78120090917

CAPÍTULO 18.....	222
AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE ANTIOXIDANTE E FENÓIS TOTAIS EM CERVEJAS ARTESANAIS COMERCIALIZADAS EM SOBRAL-CE	
Murilo Sérgio da Silva Julião	
Letícia Kelly Mesquita Rodrigues	
Lúcia Betânia da Silva Andrade	
Hélcio Silva Santos	
Alexandre Magno Rodrigues Teixeira	
Leopoldo Gondim Neto	
DOI 10.22533/at.ed.78120090918	
CAPÍTULO 19.....	237
O TURISMO NA REGIÃO CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O MUNICÍPIO DE ROSÁRIO DO SUL	
Janderlei Velasque Dal Osto	
Lucas Mauricio Willecker dos Santos	
Bruno Ribeiro de Oliveira	
Rafael Dezordi	
DOI 10.22533/at.ed.78120090919	
CAPÍTULO 20.....	249
DIREITO PENAL DO INIMIGO NO ÂMBITO DA PRISÃO PREVENTIVA	
Carlos Eduardo Monteiro de Paiva	
Alexandre Pinto Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.78120090920	
CAPÍTULO 21.....	258
DISCURSOS VISUAIS QUE O GRAFITE REVELA NA/DA CULTURA CONTEMPORÂNEA	
Maria Regiane Silva Lopes Barrozo	
José Serafim Bertoloto	
Muryllo Rhafael Lorensoni	
Sílvia Mara Davies	
DOI 10.22533/at.ed.78120090921	
SOBRE AS ORGANIZADORAS.....	276
ÍNDICE REMISSIVO.....	277

CAPÍTULO 16

A NOVA ROUPAGEM DO MITO DA DEMOCRACIA RACIAL

Data de aceite: 01/09/2020

Data de submissão: 26/05/2020

Beatriz Leal de Carvalho

Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho
Araraquara – São Paulo.
<http://lattes.cnpq.br/2764605945358954>

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo comprovar a nova roupagem do mito da democracia racial através da meritocracia. Para isso, apresentou-se a tese de Joaquim Nabuco, presente na obra *O Abolicionismo (1883)*, que foi corroborada por Florestan Fernandes ao conceituar o *mito da democracia racial* no livro *A Integração do Negro na Sociedade de Classes (1965)*, quase cem anos depois, a partir de uma pesquisa encomendada pela UNESCO nos anos de 1950. Fazendo um paralelo entre as teses de dois dos principais autores brasileiros e utilizando o Censo do Poder Judiciário, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça em 2014, buscou-se evidenciar a transformação do mito, demonstrando um de seus muitos efeitos na instável democracia brasileira e na perpetuação de desigualdades sociais e econômicas.

PALAVRAS-CHAVE: Nabuco & Fernandes, Mito, Democracia, Desigualdade, Racismo.

THE NEW GUISE OF THE MYTH OF RACIAL DEMOCRACY

ABSTRACT: This article aims to prove the new guise of the myth of racial democracy through meritocracy. To this, Joaquim Nabuco's thesis, present in the work *O Abolicionismo (1883)*, was corroborated by Florestan Fernandes when conceptualizing the myth of racial democracy in the book *A Integração do Negro na Sociedade de Classes (1965)*, almost one hundred years later, from a research commissioned by UNESCO in the decade 1950. Paralleling the theses of two of the important Brazilian authors and using the Census of the Judiciary, held out by the National Council of Justice in 2014, it sought to highlight the transformation of the myth, showing one of its many effects on the unstable Brazilian democracy and on the perpetuation of social and economic inequalities.

KEYWORDS: Nabuco & Fernandes, Myth, Democracy, Inequality, Racism.

1 | INTRODUÇÃO

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, diversos países se comprometeram, através da Organização das Nações Unidas (ONU), a impedir que outra tragédia histórica como aquela se realizasse. A partir de então, várias medidas foram desenvolvidas pela manutenção desse objetivo. Dentre elas, a ONU criou a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) objetivando a "garantia da paz por meio da cooperação intelectual entre

as nações, acompanhando o desenvolvimento mundial e auxiliando os Estados na busca de soluções para os problemas que desafiam as sociedades” (UNESCO, 2019).

Um dos eixos trabalhados na UNESCO são as Ciências Humanas e Sociais. Este possui como principal missão a expansão do conhecimento e promoção da cooperação intelectual para facilitar as transformações sociais alinhadas aos valores universais de justiça, liberdade e garantia da dignidade humana e uma das temáticas com a qual trabalha é a origem e desenvolvimento dos sistemas sociais e suas relações. Diante disso, a instituição patrocinou nos anos de 1951 e 1952 uma série de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil, tema diretamente ligado às guerras em todo o mundo – vide África do Sul e Estados Unidos.

O projeto realizado por solicitação da UNESCO, teve como um dos responsáveis o sociólogo Florestan Fernandes. Este fora imbuído, dentre outras coisas, de comprovar a acreditada democracia racial presente no território brasileiro, uma vez que o país não passou por um período segregacionista. Entretanto, ironicamente, um dos resultados desse projeto foi justamente a contradição dessa crença, explicitada no livro *A Integração do Negro na Sociedade de Classes (1965)*. Nesta obra Florestan se dedica à exposição do que conceituou como “*O mito da democracia racial*”, no qual desenvolve uma argumentação que comprova se tratar de uma falácia propagada a respeito da sociedade brasileira, devida a grande miscigenação decorrente da colonização portuguesa.

2 | DESENVOLVIMENTO

Na obra em questão, Florestan tem como amostra a população de São Paulo da década de 1950, mas lembra que os resultados obtidos pela pesquisa se aplicavam a toda então nascente nação brasileira. No momento em que escrevia, o Brasil buscava romper com a antiga ordem para constituir-se enquanto país economicamente desenvolvido; embora, paradoxalmente mantivesse os padrões relacionais elaborados sob a égide da escravidão e dominação senhorial, fatores estes que desembocariam em consequências políticas e sociais maléficas ao objetivado desenvolvimento.

Com a Revolução Industrial eclodindo na Europa e principalmente na Inglaterra, um dos principais importadores dos produtos primários brasileiros, o fim da escravidão estava posto. Desde a Abolição da escravatura em 1888, se havia iniciado um processo de rompimento com antigas estruturas que não mais condiziam com o novo sistema econômico capitalista em ascensão, logo, a passagem da mão de obra escrava para o trabalho livre fazia parte dessa transformação necessária.

A Inglaterra instituiu essa condição para manter as relações comerciais, pois a

tinha como essencial, principalmente para aumentar o mercado consumidor. Porém, aqui no Brasil, a omissão dos antigos senhores frente às condições inexistentes de integração social da população preta¹ no mercado, iniciou o desenvolvimento do regime de classes com orientações culturais para a exclusão da possibilidade de participação ativa dos pretos. Pelo medo de perder os privilégios garantidos até então, consolidou-se a condenação disfarçada do homem de cor, herdada nos círculos dirigentes das camadas dominantes, evidenciando as debilidades históricas que acabavam por manter o *status quo ante*. Diante das novas condições jurídico-políticas do regime “democrático” que estabeleciam a igualdade, erigiu-se o modelo ideal de patrimonialismo discutido por Max Weber, através do paternalismo dos antigos senhores de escravos que, ao buscarem a perpetuação dos seus privilégios incabíveis na nova ordem, contrariavam o Direito de *jure*.

Embora Fernandes aponte para o fato de que os brancos não tinham como objetivo consciente prejudicar os negros, ressalta que isso foi uma consequência inevitável que se instaurou quando a elite disseminou a ideia da “livre competição” para ascensão econômica, conjuntamente a propagação da necessidade de defesa da paz social, que implicava o abafamento de qualquer manifestação dos pretos sobre sua condição. Logo, para que o preto pudesse considerar a possibilidade de adentrar a sociedade, deveria assimilar o padrão da “raça dominante”. Adotando seus interesses e valores em prol do desenvolvimento social, o preto devia se submeter aos padrões impostos pelos brancos, fato recorrente desde a chegada dos portugueses ao Brasil e que aparece transfigurado neste momento.

Porém, como aceitar essa colocação se ela implicava em mantê-los como meros serviços “livres”? Todo esse contraditório processo só evidencia a discrepância entre o Direito real e o Direito legal, instaurada pela oligarquia para manutenção da ordem estamental que garantia seus interesses, como aponta Florestan:

Na ânsia de prevenir tensões raciais hipotéticas e de assegurar uma via eficaz para a integração gradativa da “população de cor”, fecharam-se todas as portas que poderiam colocar o negro e o mulato na área dos benefícios diretos do processo de democratização dos direitos e garantias sociais. Pois é patente a lógica desse padrão histórico de justiça social. Em nome de uma igualdade perfeita no futuro, acorrentava-se o “homem de cor” aos grilhões invisíveis de seu passado, a uma condição sub-humana de existência e a uma disfarçada servidão eterna. (FERNANDES, 1965, p. 240)

Assim, após a Abolição e a Proclamação da República, quando o preto deixou seu estado de “coisa” enquanto escravo e o branco o seu papel de senhor, apareceram as razões psicossociais, legais e morais para a objetificação do *mito da democracia racial*:

¹ Como raça é um termo inapropriadamente aplicado à espécie humana, optou-se pela utilização da palavra que corresponde a cor, do mesmo modo que se utiliza *branco*. Para mais detalhes, ver a análise feita por Silvio Almeida em *Racismo Estrutural* (2019).

Como não podia deixar de suceder, essa orientação gerou um fruto espúrio. A ideia de que o padrão brasileiro de relações entre “brancos” e “negros” se conformava aos fundamentos ético-jurídicos do regime republicano vigente. Engendrou-se, assim, um dos grandes mitos de nossos tempos: o mito da democracia racial brasileira. (FERNANDES, 1965, p. 240)

Considerando esse processo consequente da busca pela ascensão econômica da elite brasileira, Florestan aponta que ninguém se ateuve ao fato de que uma verdadeira filosofia racial democrática só ocorreria se essa mesma elite, que outrora foi a responsável pela escravidão, assumisse a responsabilidade em lidar com os problemas suscitados pela libertação dos escravos, agora incluídos na Lei, mas sem possibilidade de alterar seu nível social, ainda que muito a quisessem.

Sem essa reflexão e ação, na prática, o processo só contribuiu para: 1) culpabilizar o preto pela sua situação de desigualdade econômica, política e social, devido à sua “irresponsabilidade”, “incapacidade” e/ou “passividade”; 2) isentar o branco das suas responsabilidades e 3) forjar uma falsa consciência difundida pela Lei por diversas gerações. Neste ponto é válido evidenciar que esses efeitos foram tão duradouros que até hoje são observáveis na sociedade brasileira. Para tanto, basta considerar o desenvolvimento do conceito de meritocracia por parte das elites que acreditam na igualdade de oportunidades e culpabilizam grupos marginalizados – em sua maioria a população hoje lida como preta – pela situação deficitária enquanto indivíduo e coletivo. Essa argumentação é a evidência da negação geracional, originada pelos brancos constituintes das antigas oligarquias agrárias, perpetuada até hoje pela atual elite capitalista financeira para não enfrentar a problemática racial e perder seus privilégios que, embora inseridos em outro cenário nacional, ainda objetivam a mesma coisa: expansão econômica.

Todas as colocações feitas por Fernandes vieram corroborar as de Joaquim Nabuco feitas quase 100 anos antes. Um dos principais nomes da luta pelo abolicionismo no Brasil, Nabuco dedicou sua vida a reivindicar direitos aos pretos e na obra *O Abolicionismo* (1883), dentre as muitas direcionadas a questão, ele coloca especialmente o papel do Estado e dos atores decisórios na libertação dos pretos, além de pontuar as consequências da escravização para os rumos do Brasil.

Muitas das ideias desenvolvidas neste livro são inspiradas pelas afirmações de José Bonifácio, defensor da Independência brasileira e do fim da escravidão para que tal feito fosse possível. Um dos capítulos se inicia com uma fala proferida por ele em 1825:

Generosos cidadãos do Brasil, que amais a vossa pátria, sabeis que sem a abolição total do infame tráfico da escravatura africana, e sem a emancipação sucessiva dos atuais cativos, nunca o Brasil firmará a sua independência nacional e segurará e defenderá a sua liberal Constituição. (NABUCO, 1883, p. 57)

Partindo deste ponto, Joaquim escreve sobre como o governo colocava a abolição dependente apenas de forma e oportunidade – do mesmo modo que os governos fazem atualmente a respeito das desigualdades socioeconômicas. Enquanto os abolicionistas despertavam esse sonho nos escravos para lhes inculcar coragem, os poderes públicos tinham uma ideia muito diversa. A abolição era por eles formulada para nunca ser exigível e tomada apenas porque era preciso, ao mesmo tempo, manter o escravo em cativeiro, para não alienar o senhor, mas representá-lo a ponto de ficar livre para encobrir a vergonha do país. Incisivamente ele estabelece tais medidas como a máscara antiga colocada sobre a Constituição – que só ganha novas camadas, onde a “honra dos brancos” é a superstição de uma raça atrasada no seu desenvolvimento mental, que adora a cor pela força que esta ostenta e lhe empresta virtudes que ela por si só não tem (NABUCO, 1883).

Ele lembra que a ideia de que a escravidão perpétua seria temporária advém da legislação portuguesa do século XVI, mas que, enquanto em Portugal ela era motivo de desonra, no Brasil foi aceita como necessidade comercial até o ponto de ser naturalizada pelos colonizadores e posteriormente pelos detentores do poder, seja este político ou econômico. Foi por esse motivo que os escravos passaram a ansiar pela Independência, aderindo com todas as forças ao Brasil como pátria, pois era o único vislumbamento possível de futuro.

Daí a conspiração perpétua dos descendentes de escravos pela formação de uma pátria que fosse também sua. Esse elemento poderoso de desagregação foi o fator anônimo da Independência. As relações entre os cativos, ou libertos, e os homens de cor, entre estes e os representantes conhecidos do movimento, formam a cadeia de esperanças e simpatias pela qual o pensamento político dos últimos infiltrou-se até as camadas sociais constituídas pelos primeiros. Aliados de coração dos brasileiros, os escravos esperaram e saudaram a Independência como o primeiro passo para a sua alforria, como uma promessa tácita de liberdade que não tardaria a ser cumprida. (NABUCO, 1883, p. 61)

Essa ideia de emancipação associada à Independência estava presente não só nos escravos como também nos senhores e até nos inimigos da Independência brasileira, mesmo que com sentidos diversos. Prova disso é o documento dirigido ao povo em Pernambuco depois da Revolução de 1817, pelo governo provisório:

Patriotas pernambucanos! A suspeita tem se insinuado nos proprietários rurais: eles creem que a benéfica tendência da presente liberal revolução tem por fim a emancipação indistinta dos homens de cor e escravos. O governo lhes perdoa uma suspeita que o honra. Nutrido em sentimentos generosos não pode jamais acreditar que os homens, por mais ou menos tostados, degenerassem do original tipo de igualdade; mas está igualmente convencido de que a base de toda a sociedade regular é a inviolabilidade de qualquer espécie

de propriedade. Impelido destas duas forças opostas, deseja uma emancipação que não permita mais lavar entre eles o cancro da escravidão; mas a deseja lenta, regular e legal. O governo não engana ninguém; o coração se lhe sangra ao ver tão longínqua uma época tão interessante, mas não a quer prepostera. Patriotas: vossas propriedades, ainda as mais opugnantes ao ideal da justiça, serão sagradas; o governo porá meios de diminuir o mal, não o fará cessar pela força. Crede na palavra do governo, ela é inviolável, ela é santa. (NABUCO, 1883, p. 61-62)

Mas, ao mesmo tempo em que o governo afirmava vergonha pela situação dos pretos, não hesitava em tratá-los como propriedade, nem esconder que desejava uma emancipação lenta, regular e legal para diminuir a contrariedade ao ideal de justiça, embora sua intervenção para diminuir os males existentes, se tratasse de evitar que proprietários rurais e portugueses minassem o sonho da independência e colocassem, novamente, os pretos em segundo plano.

Nabuco não hesitava em afirmar que o projeto e o processo abolicionistas eram insuficientes, embora muitas das providências representassem um progresso humanitário do ponto de vista Legislativo – e apenas isso. Ele ainda destrincha em vários capítulos como foi inculcado nos pretos uma esperança ilusória, dado que a acreditada liberdade concedida pelos brancos, com leis que vinham desde 1817, de fato não mudaram absolutamente em nada a vida dos pretos. É preciso apontar ainda que paralelamente circulavam declarações repetidas de que a escravidão no Brasil:

Era um estado muito brando e suave para o escravo, de fato melhor para este do que para o senhor, tão feliz pela descrição, que se chega a supor que os escravos, se fossem consultados, prefeririam o cativo à liberdade; o que tudo prova, apenas, que os jornais e os artigos não são escritos por escravos, nem por pessoas que se hajam mentalmente colocado, por um segundo, na posição deles. (NABUCO, 1883, p. 116)

Joaquim Nabuco se configurou como um escritor tão importante para a História do Brasil, que a obra abordada foi publicada pelo Senado Federal devido a seu valor histórico, cultural, importância para a compreensão da história política, econômica e social brasileira e reflexão sobre o destino do país. Frente ao exposto, não atoa, Florestan o tem como base, evidenciando sua afirmação de que o Brasil buscou construir-se enquanto nação sob o trabalho livre e a união das raças, conciliando todas as classes e para tanto, o branco que escravizou deveria assumir seu papel de fornecedor dos meios de verdadeira libertação dos pretos. Contudo, isso não foi possível, já que o medo e a inexperiência da aristocracia paulista deixaram de lado as questões raciais, inculcando a apatia e passividade no preto através da repressão social para manter sua dominação. Inculcação essa

tão bem-sucedida a ponto de acarretar que no século XXI as repressões aos pretos mantenham-se institucionalizadas através da força pública e ainda sejam justificadas pela manutenção da ordem social e culpabilização da classe, fazendo eclodir outro efeito desse projeto malsucedido de nação: a crise democrática. Em 1965, Florestan afirmou que:

Quando um setor da sociedade inclusiva monopoliza funções sociais que entram em conflito com as tendências normais de integração da ordem societária, ele pode entrar e mesmo corromper, indefinida e indeterminadamente, o curso da evolução social. Uma democracia não pode funcionar sem um mínimo de equilíbrio e de autonomia nas relações das categorias sociais associadas pela ordem societária imperante. (FERNANDES, 1965, p. 254)

Hoje, como se ainda estivéssemos nos contextos estudados por ambos, o Brasil vive o constante desequilíbrio da ordem democrática, desacreditada por muitos, criticada por outros tantos e ineficiente em quase sua totalidade. Dada toda a burocratização, confusão entre os poderes, persistente patrimonialismo e manutenção da contradição entre Direito de *jure* e direito de *fato*. Tudo isso se evidencia na permanência da lenta e falha evolução brasileira – no que se refere ao desenvolvimento social, econômico e político – que é travancada pelo monopólio de poder, impedindo a integralização racial e aumentando as desigualdades já não apenas raciais, como também sociais.

Considerando o resumo da discussão apresentada por Florestan, com base em Nabuco, sobre a questão racial no Brasil, compreende-se o porquê dos resultados gerados pelo projeto proposto pela UNESCO terem sido esquecidos. Manteve-se a ideia da democracia racial em *terras tupiniquins* acreditada não apenas pelos estrangeiros, como pelos próprios brasileiros que seguem a ordem da negação dos problemas para não haver a necessidade de enfrentar sua resolução. Florestan concluiu dizendo que os resultados de sua breve análise demonstraram que as condições de perpetuação parcial das antigas formas de dominação patrimonialista estão na raiz do desequilíbrio criado e perpetuado progressivamente entre a ordem racial e social da sociedade de classes.

A democracia brasileira surgiu tímida, debilitada e manteve-se assim. Seu funcionamento e desenvolvimento normais dependem do poder de reação dos grupos sociais que concorrem entre si no cenário social, ideológico e utópico. Fornecendo em sua gênese, um palco exclusivo às poucas elites organizadas, possuidoras de técnicas para exercício da dominação e autoridade, que as usam na luta pela manutenção monopolista do poder, coberta por um véu de “democracia”. O atraso, inicialmente apenas de ordem racial, mas hoje geral, ficou como resíduo do antigo regime, o qual Florestan afirmou só poder ser eliminado no futuro, pela normalização

progressiva do estilo democrático de vida e da ordem social correspondente, ou seja, um verdadeiro projeto de nação encabeçado pelas elites. Naquela época, o autor também concluiu que:

[...] Enquanto o mito da “democracia racial” não puder ser utilizado abertamente, pelos negros e pelos mulatos, como um regulador de seus anseios de classificação e de ascensão sociais, ele será inócuo em termos da própria democratização da ordem racial imperante. A dinamização no sentido democrático e igualitário da ordem racial tem de partir do “elemento de cor”, embora deva ser tolerada, acolhida e sancionada pelos “brancos” em geral. Construído e utilizado para reduzir ao mínimo tal dinamização, o referido mito se converteu numa formidável barreira ao progresso e à autonomia do “homem de cor” – ou seja, ao advento da democracia racial no Brasil. (FERNANDES, 1965, p. 254)

Hoje a miscigenação brasileira está tão avançada que não se pode falar em “brancos” e “pretos” apenas, de modo que a luta pela democratização dos direitos de grupos marginalizados, descendentes desta etapa de formação da sociedade brasileira, deve ser geral. O foco deve voltar-se para a reparação, através da equidade de oportunidades, ainda não existentes, já que as desigualdades continuam perpetuadas não mais pelo *mito da democracia racial*, mas agora pelo *mito da meritocracia*.

O novo mito, substituto daquele conceituado pelo sociólogo, pode ser comprovado, entre outros estudos, através do Censo do Poder Judiciário (VIDE): Vetores iniciais e dados estatísticos realizado em 2014 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ele demonstra, como indica o gráfico 1, a maioria esmagadora de pessoas autodeclaradas “brancas” no Judiciário em relação a pretos e indígenas, não por conta da cor em si, mas como consequência dos séculos de escravização, seguidos pela instauração da ordem não integralizadora e exclusão de acesso das minorias às políticas públicas no país. Apresenta-se ainda outro gráfico (2) que demonstra a superioridade no número de homens, em relação às mulheres, nas instâncias de poder como o Judiciário. Mais um fator demonstrativo da somatória de problemas iniciados pelo *mito da democracia racial* e propagado pelo seu mito sucessor.

Pois, se os homens vistos como pretos e os demais marginalizados são excluídos, isso acontece duplamente com as mulheres e triplamente com as mulheres pretas e pobres, sem contar questões relativas à sexualidade que não caberiam no contexto da atual discussão. O ponto é: como houveram desdobramentos negativos a partir do *mito da democracia racial* negando a liberdade e a inserção de indivíduos subalternizados em espaço de participação ativa e decisória. Observando os gráficos abaixo, têm-se uma visão panorâmica do que se trata o novo mito e

seus desdobramentos que desenvolveram outras problemáticas, gerando mais discriminações e exclusões, como é o caso do preconceito de gênero.

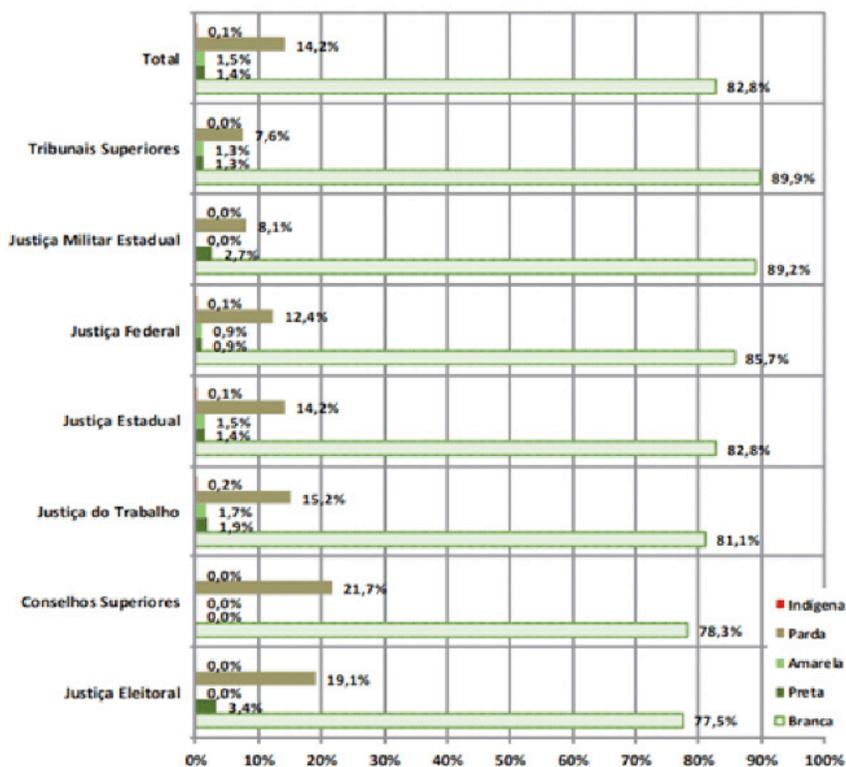


Gráfico 1. Percentual de magistrados segundo ramos de Justiça, por cor/raça.

Fonte: CNJ, 2014.

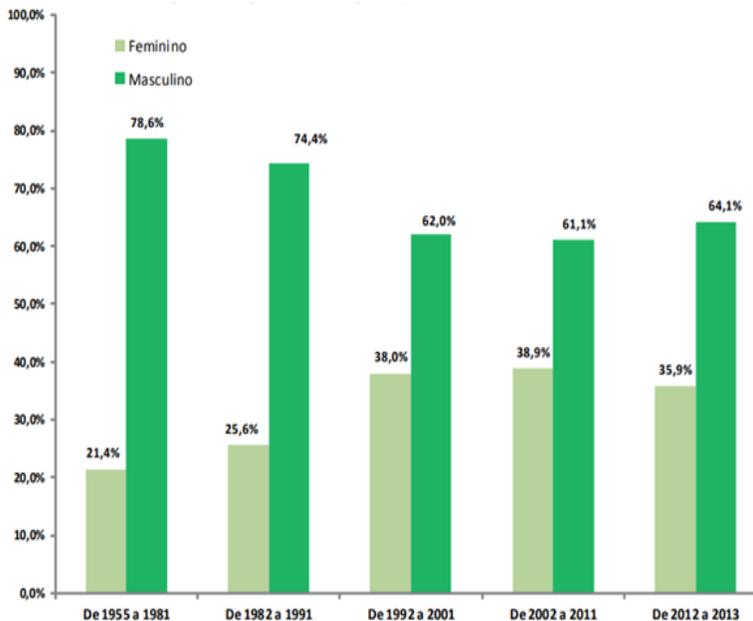


Gráfico 2. Percentual de magistrados segundo ano de ingresso, por sexo.

Fonte: CNJ, 2014.

Os dados deixam visivelmente claro, dada a discrepâncias entre os indicadores, que as chances de ocupar um cargo de poder praticamente triplicam se você for lido como um homem branco. A discriminação que ocorre pela estrutura em que o Brasil se fundou não se trata de vitimização. Os dados selecionados, assim como outros estudos já apontaram, sempre evidenciam os resultados de uma falsa democratização, pois só se existe de fato – enquanto cidadão – quando se têm acesso a direitos básicos e isso é a própria Constituição que nos diz. E é por isso que não se pode falar em mérito quando não existem nem oportunidades de escolha. Não existem diferentes planos e desejos possíveis quando a sorte é o determinante. Lilia Schwarcz (1998), resumiu bem o que outros estudiosos como Abadias Nascimento e Guerreiro Ramos vem demonstrando há décadas:

[...] O fato é que, no Brasil, “raça” é conjuntamente um problema e uma projeção. É ainda preciso repensar os impasses dessa construção contínua de identidades nacionais que, se não se resumem à fácil equação da democracia racial, também não podem ser jogadas na vala comum das uniformidades. Resta entender a convivência. Não basta resumir a questão da mestiçagem e a temática racial a um problema econômico [assim como seus subprodutos]. Limitá-la, porém, exclusivamente a uma explicação cultural significa essencializá-la. No

Brasil, subsiste um certo discurso da identidade que se afirma para fora e para dentro com base na ideia da mistura: mistura de credos, de religiões, de cores, de costumes e de raças. Mas esse é, também, o país do racismo internalizado do ritual “Você sabe com quem está falando?”, tão bem analisado pelo antropólogo Roberto Da Matta, no qual se repõem em uma só questão as hierarquias que, aqui, parecem prescindir da lei para se afirmar. (SCHWARCZ, 1998, p. 243)

A autora reuniu discussões já travadas anos antes, principalmente por intelectuais pretos, como Nascimento e Ramos ou, atualmente, por Djamilia Ribeiro, Kabengele Munanga e Sueli Carneiro. Mas que, até quando bem-sucedidos, são desacreditados e silenciados para que a estrutura se mantenha. Das poucas vezes que o tema ganha atenção – momentânea, seja entre estudiosos ou povo, é, na maioria das vezes, sob a voz de um homem branco, como no caso de Nabuco e Fernandes. Esses fatores só escancaram ainda mais o que o Brasil nega com tanta força.

3 | CONCLUSÃO

Portanto, frente a articulação realizada entre o *mito da democracia racial*, atribuída à Florestan Fernandes e o seu contemporâneo *mito da meritocracia*, podemos afirmar que dedicação e responsabilidade são essenciais, mas de que adianta tê-las sem oportunidade de aplicação? É o mesmo que se declarar honesto sem nunca ter tido a oportunidade de ser corrupto. É declarar que nada justifica um furto ou roubo, quando nunca soube o que é não ter o que comer. Na teoria fixada não há relativização, mas na prática ela pode ser, como explicitou Florestan, extremamente farisaica. Como prova, basta observar a foto (1) oficial do governo Bolsonaro (2018) – em sua primeira formação. O que todos têm em comum?



Figura 1. Foto oficial do governo Bolsonaro.

Fonte: Época, 2019.

E para contrastar com ela, a foto (2) de crianças assassinadas em 2019 por bala perdida no Rio de Janeiro, segundo autoridades do estado. Crianças. Casos que permanecem não resolvidos em 2020. O que essas crianças têm em comum?



Figura 2. Crianças vítimas de bala perdida no Rio de Janeiro.

Fonte: G1, 2019.

Se a maioria da população brasileira é preta e parda, devido à mestiçagem, porque não há um preto ou pardo no alto escalão Executivo? E porque todas as crianças mortas são pretas ou pardas e pobres? Será mesmo que pretos e mulheres são menos competentes e capazes, como acreditam os meritocratas e por isso são negligenciados e não ascendem socialmente? Será mesmo que esse povo marginalizado, maioria que mantém as deficientes estruturas em funcionamento, é incapaz de ocupar espaços de decisão e poder? Será mesmo que não ter acesso à educação, saúde e segurança é escolha? Será mesmo que, como já se tornou comum, ser morto dentro de casa é escolha? Será mesmo que a impossibilidade de alcançar certos horizontes vai continuar sendo normalizada para determinados grupos?

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019;

BRASIL. **Censo do Poder Judiciário (VIDE): Vetores iniciais e dados estatísticos**. Conselho Nacional de Justiça – Brasília: CNJ, 2014. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/CensoJudiciario.final.pdf>. Acesso em: 22 de maio de 2020, 19h37;

BRASIL. [Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016;

ÉPOCA. **A anatomia da foto oficial do governo Jair Bolsonaro**. Disponível em: <https://epoca.globo.com/a-anatomia-da-foto-oficial-do-governo-jair-bolsonaro-23343924>. Acesso em 23 de maio de 2020, 19h00;

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes (o legado da “raça branca”)**, volume 1. São Paulo: Globo, 2008;

G1. **Famílias das 5 crianças mortas por bala perdida no RJ em 2019 cobram respostas e contestam polícia: “Virou rotina”**. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/23/familias-de-criancas-mortas-por-bala-perdida-no-rj-cobram-respostas-e-contestam-policia-virou-rotina.ghtml>. Acesso em 23 de maio de 2020, 19h13;

JUSTIFICANDO. **Essas fotos de desembargadores ilustram como a meritocracia premia homens brancos**. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/03/30/essas-fotos-de-desembargadores-ilustram-como-meritocracia-premia-homens-brancos/>. Acesso em 12 de junho de 2019, 01h05;

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**, volume 7. Brasília: Senado Federal, 2003;

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998;

UNESCO. **UNESCO I ONU Brasil**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/>. Acesso em 11 de junho de 2019, 23h28.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aperfeiçoamento 40, 45, 46, 72

Aprendizagem complexa 78, 79

B

Brasileiro nativo 144

C

Cariri Cearense 128, 129, 130, 133, 134, 139

Conquista 1, 5, 17, 144, 145, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 159, 174

D

Decolonialidade 128, 132, 133, 142, 144, 145, 151, 155

Diretrizes curriculares nacionais 52, 53, 56, 65, 66, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77

Diversidade de gênero 163, 166

Diversidade sexual 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 177

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 9, 10, 12, 14, 15, 17, 18, 19, 21, 22, 25, 26, 29, 30, 35, 40, 43, 45, 46, 48, 50, 51, 56, 57, 58, 62, 63, 65, 68, 71, 72, 75, 76, 78, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 118, 120, 121, 141, 163, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 176, 200, 211, 220, 221, 239, 246, 276

Ensino de psicologia 52

Erveiras 128, 129, 131, 132, 134, 135, 140, 141

Escola 4, 9, 14, 19, 22, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 36, 38, 58, 75, 100, 102, 160, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 179, 192, 244, 257, 274, 275

Estudantes 4, 15, 22, 28, 30, 31, 38, 62, 71, 78, 79, 110, 114, 167

F

Formação 1, 3, 4, 5, 10, 11, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 36, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 97, 98, 100, 103, 105, 108, 114, 115, 130, 138, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 163, 169, 171, 186, 189, 194, 196, 204, 207, 210

Formação do psicólogo 52, 54, 57, 63, 72, 76, 77

H

Homofobia 168, 169, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 178

I

Identidade 1, 3, 4, 8, 9, 11, 12, 15, 16, 25, 26, 28, 31, 35, 36, 37, 38, 39, 43, 68, 99, 103, 105, 126, 131, 133, 134, 176, 182, 183, 187, 188, 189, 191, 192, 210, 265

Identidade docente 1, 3, 4, 8, 9, 11, 12

Imaginário 28, 34, 35, 36, 38, 39, 147, 158, 159, 160, 161, 168, 195, 260, 261, 263, 264, 267, 271, 273, 275

Inclusão 15, 17, 40, 43, 47, 50, 51, 109, 111, 124, 166, 167, 175, 215

M

Modalidade à distância 1

N

Narrativas 28, 31, 34, 104, 108, 136, 140, 145, 149, 151, 154

P

Parteiras 128, 129, 131, 132, 134, 135, 137, 139, 140, 142

Pensamento complexo 79

Políticas 163, 166

População LGBTQ+ 173

Processo 1, 2, 3, 4, 6, 8, 10, 11, 12, 13, 19, 20, 28, 35, 36, 37, 42, 48, 50, 53, 58, 62, 63, 64, 67, 69, 70, 72, 73, 74, 77, 79, 97, 99, 102, 103, 104, 105, 112, 116, 117, 123, 128, 129, 131, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 149, 150, 151, 152, 154, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 180, 188, 191, 194, 195, 196, 197, 199, 201, 202, 203, 205, 214, 216, 217, 218, 219, 246, 249, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 262, 267

Psicologia 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 115, 178, 218, 220

R

Reconfiguração 1, 3, 4, 11, 101

Rezadeiras 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141

S

Selfie 28, 29, 30, 32, 33, 34, 37, 38

T

TIC 2, 12, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96

Trabalho docente 1, 2, 3, 8, 10, 12, 13, 14

U

Universidade Venezuelana 79

Universitários 22, 78, 79, 100, 167

V

Violência 150, 151, 154, 169, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 197, 252, 253

Novas Possibilidades rumo ao Futuro das Ciências Humanas e suas Tecnologias 2

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Editora
Ano 2020

Novas Possibilidades rumo ao Futuro das Ciências Humanas e suas Tecnologias 2

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2020